TERROR AMPLIADO: A DITADURA CIVIL-MILITAR ARGENTINA DE 1976 E A REPRESSÃO PATRONAL.

MARCOS VINICIUS RIBEIRO*

O plano sistemático do Estado argentino, entendido aqui enquanto relação social, portanto, não solitário ou isolado das relações e interesses de classe, mas, vinculado ás principais empresas, ou empresas chaves do processo produtivo do país e com o apoio material dos principais grupos empresariais, conduziu ao Golpe de 1976 que implantou a política de Terrorismo de Estado. A escalada repressiva confluía na tomada do poder pelos artífices militares com o respaldo comum de boa parte da mídia argentina, vinculada aos grupos econômicos e políticos comentados.

O processo iniciado ainda em 1973, sob o período que ficou marcado como o III governo peronista, foi marcado pela atuação da *Alianza Anticomunista Argentina* (Triplo A), aparato ilegal - vinculado ao ministério do Bem-Estar Social, cujo ministro, à época, Lopez Rega -, promoveu durante seus três anos de atuação a vigilância, busca, rapto e extermínio de indivíduos que se colocassem em franca oposição à pressão política encampada pelos principais grupos financeiros, nacionais e associados, para a nova conjuntura política-economica-ideológica no país.

Para entendermos a maneira como o Terrorismo de Estado se estabeleceu como meio escolhido para ampliação de uma concepção política, e como atividade que possibilitou efetivar um projeto de "reordenamento" das instituições da política local, pautado, por sua vez, no projeto econômico de superexploração da mais valia absoluta, é necessário recorrer ao processo imediatamente anterior, ou seja, a conjuntura que possibilitou o retorno de Juan Domingo Perón depois de ser deposto do cargo de Presidente e exilado na Espanha como analisado pelo historiador Luis Alberto Romero. Antes, porém, cabe lembrar que durante este período de tempo o movimento que continuou a basear os preceitos do *Justicialismo*, teoria política do movimento peronista, enfrentou proscrições, divisões e embates internos com definições importantes em meio ao movimento operário argentino. Os lideres do peronismo,

* Mestre em História pela UNIOESTE. Professor da disciplina de História da América II do curso de História da UNIOESTE *Campus* de Marechal Cândido Rondon. e-mail: marquinhos_história@yahoo.com.br

movimento considerado um dentre os maiores movimentos populares surgidos no contexto pós II Guerra mundial na América Latina, davam indícios de que a volta de Perón ao país pusesse fim ao conturbado processo de crise generalizada relegada ao contexto marcado por experiências que oscilou entre golpes militares e governos civis. Para Romero, havia um clima renovado de que o líder do movimento justicialista pusesse fim a instabilidade no país.

Entretanto, como discutido por Luis Alberto Romero,

> Os três anos da segunda experiência peronista, verdadeiramente prodigiosos pela concentração de acontecimentos e sentidos, encerraram – de maneira infeliz e tenebrosa – toda uma época da história argentina. É difícil saber em que momento do exílio Perón deixou de ver a si mesmo como o chefe incorruptível da resistência, disposto a desbaratar as tensões provenientes do poder, e passou a se considerar o homem destinado a pilotar o vasto projeto de reconstrução, que empreendeu como último projeto da sua vida. É possível duvidar se essa mudança de perspectiva se tratou de decisão deliberada ou se ele foi levado a isso por circunstâncias incontroláveis mesmo para seu imenso talento tático. O certo é que, feito isso, ele armou o seu projeto – parecido, mas diferente de 1945 – sobre três bases: um acordo democrático com as forças políticas, um pacto social com os grandes representantes corporativos e uma condução mais centralizada de seu movimento, até então espalhado em várias frentes e dividido em estratégias heterogêneas. (ROMERO, 2006: 186)

A análise de Romero sobre o período que marcou o retorno de Perón revela como as lutas internas do peronismo, inerente ao modo de afirmação deste tipo de movimento com característica multiclassista, articula alguns pontos de nossa investigação sobre o contexto analisado. Segundo a discussão apresentada por Romero, depois da renúncia de Cámpora em 13 de julho de 1973, e com novas eleições convocadas, Perón candidatou-se a presidência tendo como vice Isabelita, sua esposa. Perón não era, nem nunca foi um chefe incorruptível como aponta o autor. Quando assumiu de fato o governo, seu projeto já não representava os pontos essenciais constituídos pela doutrina justicialista, situação que desde o primeiro período de sua presidência, nos anos de 1950, já demonstrou. Seu governo mudou radicalmente as expectativas da maioria da sua base, a saber a Juventude Peronista, que reivindicou a partir de grupos radicalizados um governo peronista que se aproximasse da opção chilena com Salvador Allende. Mas, segundo Romero, já não se tratava de um governo peronista como o experimentado no processo desencadeado a partir de 1945. As tensões sociais que teciam a nova conjuntura social argentina, radicalizaram amplos setores da sociedade e a conciliação de classe tornou-se difícil, e nada indicou que houvesse grandes transformações no panorama estrutural do país.

> O Programa de Reconstrução e Libertação Nacional, apresentado em maio de 1973, apesar da concessão ao clima da época que havia em seu título, consistia em superar as limitações ao crescimento de uma economia cujos traços básicos não se pensava em modificar. Não havia nada que indicasse orientação na direção do "socialismo nacional", e tampouco uma tentativa de buscar novos rumos para o desenvolvimento do capitalismo. Como em 1946, Perón recorreu a um empresário bem-sucedido para pilotá-lo, nesse caso sem relação com o peronismo: José Ber Gelbard, chefe da Confederação Geral Econômica, que reuniu a maioria das empresas de capital basicamente nacional. Seus objetivos, de acordo com as mudanças já consolidadas na estrutura econômica do país, eram fortemente intervencionistas e, em menor medida, nacionalistas e distribucionistas, e não implicavam em um ataque direto a nenhum dos interesses estabelecidos (ROMERO, 2006:186)

Não havia nada de radicalmente novo, o plano inicial, comentado por Romero, indicou que Perón agiu com muita cautela para reativar a economia sobre as bases que estavam postas e não arriscou sua condução do processo aderindo às teses do peronismo de esquerda. Desta forma, a direção do projeto proposto por Perón foi liderado por um empresário que não possuía vínculo orgânico com o partido justicialista, ele nem mesmo seguiu a linha do movimento peronista. Com Gelbard, Perón acertou o passo com os setores patronais do país No plano nacional, havia-se desenhado uma conjuntura desfavorável nas relações entre Estado e empresas nacionais, devido, dentre outras questões, ao fato de que o plano econômico anterior mostrou-se excessivamente integrista. Perón sabia que era necessário capitalizar recursos para conduzir seu projeto, recorrer ao plano internacional não era exatamente o que se esperou que ele fizesse.

Ao discutir o contexto econômico compreendido quando da volta de Perón ao poder, em 1973, Luis Romero considera a situação estável. Neste sentido, segundo o autor, muitas evidências levam a crer que a economia obteve um resultado satisfatório a partir de 1973, situação que se manteve estável até 1975. A marca de sucessivas "arrancadas e freadas", típica do sistema *Stop and Go*, criou a sensação "de promessas não cumpridas e frustrações acumuladas" (ROMERO, 2006:181). Em parte, a retomada do crescimento econômico foi apoiada no crescimento do setor agropecuário que começou em meados dos anos de 1960 e se prolongou até 1980. A produção de grãos e óleos tornou-se a atividade de melhor desempenho econômico à época. O mercado de destino destes produtos eram os países produtores de petróleo, países socialistas e países que iniciaram seu processo de industrialização nos anos de 1970.

A Fundação *Bunge y Born*, criada em 1963, passou a outorgar bolsas de investigação à pesquisadores das mais diversas áreas e criou, em 1964, um prêmio de grande repercussão destinado a incentivar pesquisas e iniciativas julgadas importantes

para o desenvolvimento da ciência e tecnologia na Argentina. O ganhador do prêmio em 1970 foi o engenheiro agrônomo Guillermo Covas (1915-1996) que se dedicou ao desenvolvimento de novas pastagens para o Pampa e novas alternativas de cultivo para a região. Ou seja, com isso podemos perceber que os setores dirigentes da economia argentina, apesar do clima de concessão à época citado por Romero, não se alteraram significativamente.

O processo de modernização conservadora da economia, e da estrutura social do país, iniciado em tal contexto, trouxe consigo a marca indelével da ampliação da atividade industrial, cujo destaque foi à fabricação de tratores e máquinas agrícolas para atender a demanda efetiva do setor agropecuário. A modernização conservadora da economia, na discussão encaminhada por Romero, elevou a área cultivada em 30% nos Pampas. Tratava-se, para o autor, de uma "Revolução Produtiva" (ROMERO, 2006:181), que em última instância, recorreu ao Estado: "O Estado promoveu mudanças de diversas maneiras – foram abertos créditos e subsídios para os investimentos, e uma ação sistemática do Inta –, apesar de não mudar a política tradicional de transferir recursos para a economia urbana, que se manteve, com apenas algumas modificações técnicas" (ROMERO, 2006: 181). Ainda que não houvesse grandes novidades na atuação das agências estatais com relação aos recursos para financiamento do desenvolvimento da economia nacional: "O ponto decisivo, porém, foram os efeitos da modernização geral da economia" (ROMERO, 2006: 181). Este processo redundou na incorporação de novas técnicas para o cultivo de alto rendimento da área agricultável do Pampa argentino, prerrogativa possibilitada pela relativa estagnação no comércio de carne em termos internacionais. Ainda sobre o plano internacional, a aproximação comercial com países do Leste europeu favoreceu a mudança de perspectiva no ramo do agronegócio argentino na década de 1970 que direcionou esforços para a ampliação do comércio com os países membros da URSS.

O setor agrário argentino atraiu novos investimentos oriundos de empresários que passaram a destinar suas rendas para o setor agrícola para a compra de terras: "Critério empresariais modernos foram, aos poucos, sendo introduzidos na produção, facilitados por uma flexibilização do modelo de arrendamento e pela incorporação de empresários que não possuíam vínculos com a terra" (ROMERO, 2006: 182). Neste sentido, é possível analisar os termos da modernização citada pelo autor. Ainda que a

redemocratização, iniciada em 1971 e consolidada em 1972 com a eleição de Hector Cámpora possibilitada, em grande medida, pelo desgaste da "Revolução Argentina" (1966-1972), parte do plano civil-militar-empresarial, característico do período persistiu. Em busca de eficiência nos mais variados assuntos do desenvolvimento nacional, criou-se uma *Inteligentsia* que passou a pautar critérios de desenvolvimento a partir da otimização da produção, tendo em vista o mercado externo, em específico, o setor favorecido neste plano foi o da agro-exportação. Entretanto, cabe destacar, não se tratou de avaliar as condições a partir da produção efetiva do país. Pelo contrário, as ações do Estado em torno dos grupos empresariais que buscaram diversificar seus investimentos foram pautados na progressão da produção. Assim, os recursos foram remanejados a partir de critérios irreais que se pautaram mais no poder de pressão alcançado pelos agentes econômicos do agronegócio argentino e sua eficácia em desestabilizar as iniciativas do bloco no poder, pois passaram a jogar com as possibilidades que traziam consigo as condições de instabilidade política na Argentina.

Em meio à tentativa encampada pelo peronismo, e atuação dos grupos empresariais em torno da instabilidade , a guarnição armada, informal e ilegal da Triplo A passou a atuar de forma mais incisiva durante os nos de 1974-1975. Sua atuação reuniu contornos pragmáticos de uma ideologia de extermínio da oposição encaminhada por grupos do sindicalismo combativo em termos do setor produtivo. Ainda que nossa análise priorize a repressão, com conseqüente construção do terror planificado no âmbito da produção, não ignoramos ao fato de que os demais setores da vida social argentina também foram atingidos.

Embora a fundação da Triplo A foi levada a cabo no período imediato em que se inicia o terceiro governo peronista, suas ações só foram reivindicadas pelo núcleo duro da direita a partir de 1974. Nas universidades a organização atuou, principalmente, por intermédio de duas organizações. São elas, respectivamente, a Concentração Nacional Universitária (CNU) e Comando de Organização (C de O). A partir delas, a organização pôde açambarcar uma importante parcela da militância jovem que estava, em sua maioria, sob a direção da JP. Nas universidades o trabalho de extermínio levado a cabo pela Triplo A foi preponderante a partir de 1974. Em alguns casos pessoas eram perseguidas e, quando a organização conseguia assassiná-las estendia sua operação aos parentes mais próximos: "Elsa Calia Algañaraz de Román, activista de la Juventud

Peronista, fue violada y asesinada por el C de O en Don Torcuato en julio de 1974, y su esposo resultó apalizado al acudir a una comisaría de policía para recuperar su cadáver" (GILLESPIE, 1987: 194-195). A busca incessante pelo extermínio generalizado de supostos quadros acusados de militar na esquerda radicalizada aprofundou o clima de tensão permanente que envolveu a sociedade argentina em uma escalada repressiva sem precedentes. Com o passar dos meses da atuação da Triplo A, muitos jornalistas começaram a cobrar medidas do presidente Perón.

> En 1974, cuando Ana Guzzetti, una periodista peronista que trabajaba para *El Mundo*, diario con simpatías hacia el ERP, le preguntó en una conferencia de prensa se su gobierno estava investigando las organizaciones parapoliciales de la derecha que habían asesinado a doce militantes peronistas y destruido veinticinco de sus locales durante la quincena anterior, Perón ordenó que se procediera legalmente contra ella por difamación. Fue detenida el mismo mes y 14 meses después secuestrada a su vez por los hombres a quienes había denunciado, que conducían unos Ford Falcon idénticos a los que usaba la Policía Federal. Los miembros de la Asociación de la Prensa de Buenos Aires emprendieron una huelga de protesta y seis días después fue encontrada apalizada, pero aun con vida, en la autopista panamericana (GILLESPIE, 1987: 195).

Na citação do trabalho de investigação realizado por Richard Gillespie sobre a guerrilha urbana dos *Montoneros*, fica claro que a guarnição material da Triplo A provinha, essencialmente, do aparato das forças policiais formais. Esta característica da atuação da Triplo A confundiu civis que pudessem presenciar operações da organização. Na mesma medida, o alvo se tornava mais vulnerável por acreditar que se encontrava em meio a averiguação rotineira da polícia. Por outro lado, na ação que envolveu a jornalista Ana Guzzetti, fica clara a sincronia obtida pela organização junto às aspirações de Perón, mesmo que, segundo a citação, na ocasião Perón tivesse cobrado *soluções legais* quanto à postura da jornalista. A organização atuava claramente dentro de uma perspectiva de extermínio.

O respaldo da organização não careceu de órgãos que pudessem avalizar os efeitos de sua atuação. É conhecido o caso da revista *El Caudillo* sob o comando de Felipe Romeo, um intelectual orgânico da direita peronista que por muitas vezes refutou o ideário democrático mediante editoriais ofensivos, com palavras de ataque direto à iniciativa política de grupos opositores. O linguajar utilizado por Romeo para se dirigir ao público leitor da revista era composto de termos como: Soldado, *"Los Hechos son Machos; Las palabras son Hembras".* Segundo Gillespie,

> Ideológicamente, la ofensiva derechista se manifestó a través de las paginas del *El Caudillo*, revista antisemita de Felipe Romeo.

> Supuestamente financiadas por el Ministerio de Bienestar Social mediante anuncios pagados, pedía a eliminación de los guerrilleros de la retaguardia (es decir, toda la izquierda) y adoptó como lema la frase "El mejor enemigo es el enemigo muerto" (GILLESPIE, 1987: 195).

Segundo o autor, a ação propagandista da Triplo A junto à revista *El Caudillo* foi acompanhada da ocupação de espaço nos órgãos de governo por ideólogos da organização. Foi o caso da nomeação de Oscar Ivanissevich conhecido apólogo do fascismo no meio político argentino para o Ministério da Educação. Sua atitude imediatamente após assumir o Ministério foi a de indicar Alberto Ottalagano para ocupar o cargo de Reitor da Universidade de Buenos Aires, nomeado por meio de intervenção. A partir de então, começou a intensificar-se os trabalhos de caça aos "comunistas" na universidade como medida de contenção da militância da Juventude Peronista. Ivanissevich e Ottalagano seriam peças chaves da reação fascista e "juntos emprendieron la misión de purificar la universidade" (GILLESPIE, 1987: 195). A ultra-direita passou a disputar por fim, um espaço que havia se consolidado como raio de influência dos Montoneros.

> En julio de 1975, tras el despido de 4.000 catedráticos, el encarcelamiento de 1.600 estudiantes y la huida de varias docenas de universitarios después de haber recibido amenazas de muerte, la Confederación Argentina de Profesores Universitarios tuvo que reconocer que Ivanissevich había conseguido establecer "la paz de los cementerios" (GILLESPIE, 1987: 196).

A política de choque repressivo, empreendida a partir de 1973, por intermédio da organização criminosa para-militar da Triplo A, finalmente encontrou seu objetivo máximo. A ofensiva junto ao espaço acadêmico decretou a eliminação completa do raio de influência que historicamente havia sido relegado ao trabalho de base do peronismo revolucionário, e das demais agremiações da esquerda. Ficava estabelecida a perda de sua maior base de sustentação e recrutamento para a luta. O golpe sofrido por estes movimentos, a partir de então, rompeu o equilíbrio de forças em favor da ultra-direita que passou a sistematizar uma ofensiva em todos os âmbitos contra a oposição. Em 1974, a nova Lei Universitária proposta pelo governo decretou a proibição da atividade política nas universidades: "la nueva ley consiguió prohibir el ejercicio de la política en la universidad, se discrimino ideológicamente a los catedráticos izquierdistas y se restringió la libre actuación de los sindicatos estudiantiles" (GILLESPIE, 1987: 196). A universidade foi intensamente atacada porque aí se encontravam as principais lideranças da esquerda, além de configurar um espaço de iniciativas de discussões que poderiam se desenhar contrárias às aspirações da ultra-direita. Os professores e reitores que fossem

acusados de oposição foram obrigados a assinar sua demissão num processo que se propunha dirimir a influência do "esquerdismo" sobre a academia.

Mesmo que as organizações da esquerda armada, representada à época, pelos Montoneros, ERP, FAR, FAP, dentre uma gama muito de grande de movimentos, tenha discutido as dimensões da nova lei – chegaram a propor a substituição desta por uma de conteúdo mais progressista – a tática escolhida pela liderança montonera levou à completa desarticulação da oposição ao cenário que se estabeleceu nas universidades, da mesma forma o ERP seguiu o mesmo caminho. Com o estreitamento dos canais de discussão para propostas progressistas, um movimento progressivo que atingiu seu ápice com o golpe de 1976, a sociedade argentina sofreu um processo de "Refluxo dos movimentos sociais", como discutido por Novaro e Palermo.

> No curso de 1975, as duas organizações mais poderosas da guerrilha, o Exército Revolucionário do Povo (ERP) e os Montoneros, decidiram intensificar a "militarização" de seus quadros de militantes e de suas ações. Isso revelou sua incapacidade para perceber a profundidade e irreversibilidade do refluxo do movimento social, que despontou já com a massacre de Ezeiza e se aprofundou com o *Rodrigazo*, interrompendo a expansão organizativa e a combatividade sustentada que haviam dado impulso tanto a este como àquelas em sucessivos "saltos qualitativos" a partir de 1969 (NOVARO e PALERMO, 2008: 89).

No balanço histórico proposto pelos autores, nos chama a atenção o fato de que o retrocesso nas investidas dos movimentos sociais na Argentina, a partir de 1973, foi desenhado não somente a partir da estratégia repressiva adotada pela ultra-direita e bancada pelo Estado. Segundo os autores, a linha estabelecida pela guerrilha corroborou o processo que encontraria seu ápice no golpe de 1976. Ao continuar a análise, Novaro e Palermo investem na tese de que ao abordar a conjuntura as guerrilhas desvirtuaram o papel político de que historicamente às forças armadas haviam sido investidas. Neste sentido, a conjunção de fatores que precipitaram a crise política do governo Isabelita (1974-1976) foi abordado em sua forma, segundo os autores, como um ingrediente a mais para a tomada de poder pelo povo em armas.

> Ao contrário, as organizações encararam a conjuntura antecedente ao golpe com a firme convicção de que se tratava tão somente de um momento de confusão passageiro, do qual se poderia, sem dúvida, tirar proveito, dado que resultava da bancarrota definitiva do sistema institucional e da direção política inimiga: a crise do governo Isabel e a intervenção direta das Forças Armadas acelerariam o processo revolucionário até a fase seguinte, que consistiria inevitavelmente numa insurreição de massas já não limitada a uma cidade ou fábrica, mas estendida a todo o país e orientada à tomada de poder. (NOVARO e PALERMO, 2008: 89)

Os autores condicionam a atitude das guerrilhas ao trabalho de ampliação do contingente em suas fileiras a partir da fusão do político com o militar. Assim, os alvos de ataque eleitos pelas organizações armadas atenderiam a estratégia de atuação contra o inimigo de classe e seu braço armado, ou seja, as forças armadas. Para a continuidade da luta era necessário mantê-los na defensiva como forma de acelerar a etapa posterior do objetivo político das organizações armadas da esquerda prevendo, desta maneira, um novo "salto qualitativo" em direção à revolução. As investidas da guerrilha foram direcionadas por sua vez a alvos militares. Entretanto, no curso dos anos de 1975-1976, a guerrilha perdeu boa parte da credibilidade alcançada junto aos movimentos sociais e caminhava a passos largos para o seu colapso. Os eventos que envolveram a guerrilha no curso daqueles anos, demonstrando que a luta não se mostrava em condições de igualdade, desembocaria na *Operação Independência.* Nela, em Tucumán, a partir de 1975, o exército estabeleceu uma varredura de grande escala destinada a acabar com o foco da guerrilha de tendência foquista do Exercito Revolucionário do Povo (ERP). Um contingente de aproximadamente 5.000 homens foi mobilizado pelas Forças Armadas para Tucumán revelando a desproporcionalidade do enfrentamento e, de forma geral, uma tendência que se aprofundou durante os meses que antecedeu o golpe de Estado.

Antes da tomada de poder pelos militares, cabe destacar, a Triplo A; o refluxo das mobilizações populares e a conseqüente derrota da guerrilha; o clima de instabilidade política criado em torno de Isabelita Perón; a ação dos representantes dos agentes econômicos em apoio ou oposição ao Estado; a ingerência criada a partir da intervenção das forças armadas; todos os elementos proporcionaram um clima de guerra civil que se generalizou durante os anos que antecederam o golpe. Nos jornais e revistas ligados ao *establishment*, ficou evidente que a solução a favor da intervenção das forças armadas, constituiria o caminho provável para o curso da política argentina. A solução foi precipitada pela idéia de "desgoverno" que se estabeleceu sobre a figura de Isabelita e da ingerência de Lopez Rega para com as soluções repressivas que se estenderam, não só no período anterior ao golpe, bem como após o golpe. Se houve uma continuidade efetiva entre os anos de 1973-1976, foi no plano das soluções de contenção aos movimentos sociais a partir da repressão encaminhada pelo terrorismo planificado. O golpe se efetivou em 24 de março de 1976, subsumiu a Triplo A às

estruturas calçadas pela operação independência e colocou em marcha a política de planificação do terror.

No mês de março de 2006, a Central de Trabalhadores Argentinos (CTA) editou um documento sobre a repressão contra os trabalhadores de seis grandes empresas na Argentina durante a ditadura, 1976-1983, a saber: Acindar, Astarsa, Dalmine Siderca, Ford, Ledesma e Mercedes Benz. O objetivo da publicação foi revelar os meandros da cumplicidade patronal nas violações aos Direitos Humanos durante o regime, trata-se do tema "Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina" (BASUALDO, 2006: 01). O documento veio a público no marco dos 30 anos do golpe de Estado que, segundo o Editorial: "Para los trabajadores industriales, particularmente los de las grandes fábricas, superó cualquier previsión en materia de odio y revancha de parte del poder" (BASUALDO, 2006: 01). O nível de organização dos trabalhadores argentinos, enquanto grupo de pressão, dos sindicatos do ramo industrial em relação ao Estado, particularmente os das empresas localizadas na planta industrial de Córdoba, ainda que não exclusivamente estes, haviam atingido seu grau máximo de coesão desde 1969, com o *Cordobazo.*

Na perspectiva da abordagem do Editorial do *Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina*: "El golpe genocida del setenta y seis se propuso eliminar físicamente una profusa vanguardia joven que nacida al calor del Cordobazo y las grandes puebladas de fines de los sesenta estaba creando las condiciones para conducir la lucha sindical en la Argentina" (BASUALDO, 2006: 01). A repressão direcionada à militância e/ou vanguarda sindical, procurou agir para a conformação de um *novo homem* com características marcadas de submissão ao novo panorama econômico de trabalho, que pretendia-se nuclear na ideologia *livre cambista*, encampada pela direita liberal-conservadora argentina. Quebrar a resistência da militância formada no calor dos eventos de 1969, em Córdoba, e decapitar o movimento sindical combativo, era condição *sine qua non* para o sucesso do plano patronal-militar de 1976. Ou seja: o objetivo imediato do plano baseava-se na idéia de que todo entrave relacionado a exploração sobre o trabalho foi, efetivamente, eliminado.

O plano patronal-militar era a resposta à crise econômica vivenciada na Argentina nos anos de 1970 que desestabilizou o modelo de acumulação capitalista iniciado após a Segunda Guerra Mundial. Anos em que, como vimos, teve espaço o

maior plano político da Argentina moderna com a conformação do peronismo, ainda que todos os centros de discussão política da Argentina tenham experimentado saltos qualitativos na formação de sua militância. Segundo Romero: "A repressão inicial, que decapitou a mobilização popular, somada a uma política anticrise clássica – mais ou menos semelhante a todas executadas desde 1952 -, permitiu superar a conjuntura" (ROMERO, 2006: 201). Tratava-se, em suma, de um projeto de recuperação do capital estabelecido sob a insígnia do Terrorismo de Estado.

Para conseguir tal êxito, o controle sobre dos trabalhadores nas fábricas se estendeu de modo sistemático para fora delas. A extinção dos postos de trabalhos, que era parte do projeto de desindustrialização e/ou desnacionalização, certamente mobilizou parcela significativa dos sindicatos que optaram por não estabelecer nenhum tipo de acordo frente ao panorama que se instaurou. Sobre o saldo deste embate, é importante apresentar os números recolhidos pela Conadep em relação aos trabalhadores mortos durante a ditadura terrorista de 1976, "30,2% dos detidos desaparecidos denunciados à Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas, são operários, e 17,9%, empregados (dos 21% que representavam os estudantes, um em cada três, trabalhava)" (CONADEP, s/d: 280). E o documento da Conadep continua com a seguinte citação, relacionada Decreto Secreto nº 504/77, chamado *Continuação da Ofensiva Contra a Subversão* que, segundo a Comissão, substituiu a *Operação-Piloto no Âmbito Industrial*.

> O Exército agirá seletivamente sobre os estabelecimentos industriais e empresas do Estado, em coordenação com os organismos estatais relacionados ao âmbito, para promover e neutralizar as situações conflitivas de origem trabalhista, provocadas ou que possam ser exploradas pela subversão, a fim de impedir a agitação e a ação insurrecional de massas, e contribuir para o eficiente funcionamento do aparelho produtivo do País. (CONADEP, s/d: 280)

Embora a isenção da contribuição relegada ao empresariado interessado não seja citada, sabe-se que o plano de extermínio dos setores combativos dos sindicatos, estendido aos trabalhadores que não aderiram ao plano da ditadura, serviu aos interesses dos adeptos da "pátria financeira"[1]. Pela lógica, a fratura do setor industrial argentino, atacado pela direita *livre cambista*, porque, como vimos no trecho citado, era entendido como o terreno de atuação e proliferação do "populismo", casa com a ampliação das

[1] Expressão utilizada por Luis Alberto Romero para referenciar o projeto de política econômica da ditadura. (ROMERO, 2006)

importações do país, significativas para seus investidores e lucrativa para a burguesia associada. O plano de Jose Alfredo Martínez de Hoz, ministro da ditadura e membro de uma família históricamente latifundiária, a desnacionalização das indústrias e/ou desmonte do Estado, possuía como prerrogativa básica a extinção de toda resistência operária ao plano da direita livre-cambista.

Um dos casos de cumplicidade patronal encontrado no documento da CTA, diz respeito à participação da empresa Mercedes Benz, indústria automotiva, no processo de repressão durante a ditadura. Fundada na Alemanha em 1890, segundo Victoria Basualdo: "La planta de Argentina, la primera filial de la empresa en el exterior, se estableció en Gonzáles Catán, Província de Buenos Aires, en 1951" (BASUALDO, 2006: 18)

A característica que marcou a atuação da política repressiva da empresa durante a ditadura argentina, repousava na conjuntura política existente na luta sindical que antecedeu o golpe. Este embate se deu no âmbito da representação do sindicato dos mecânicos (SMATA), pois, "debido a que lejos de representar los intereses de los trabajadores, no hacían más que negociar con los directivos de la empresa" (BASUALDO, 2006: 19). A cooptação da cúpula sindical de SMATA propiciou, conforme consta no documento, que "Los cuatro mil trabajadores de la planta, reunidos en asamblea, eligieron una nueva comisión interna, compuesta por nueve representantes, que a partir de ese momento sería conocida como 'el grupo de los nueve'" (BASUALDO, 2006: 19). A partir daí, SMATA objetou a representação reeleita em assembléia e, em uma ação típica da aliança entre sindicatos cooptados e interesses patronais, "SMATA negó la validez de la elección y de la comisión interna y la empresa despidió a 115 obreros (entre los cuales se contaban los 17 que luego serían secuestrados durante la dictadura) con aval de gremio automotor y su secretario general José Rodríguez" (BASUALDO, 2006: 19). Rodríguez foi mais um civil envolvido com a repressão.

Por outro lado, durante o transcurso do ano de 1975 a aproximação ente o movimento sindical e a organização guerrilheira de esquerda ficou evidente após a paralisação da produção da empresa encampada por seus trabalhadores durante a adesão às greves gerais que atingiram todo o país. Pela análise da CTA: "El 24 de Octubre de 1975, en el transcurso de la huelga, se produjo el secuestro del Jefe de Producción de la

planta, Heinrich Metz, por parte de Montoneros, con la demanda de la reincorporación de los cesantes" (BASUALDO, 2006: 19). Um episódio que recolocou em franca disputa a ultra-direita argentina, representada pela Triplo A, e a esquerda radicalizada. Uma ação típica do contexto político encontrado nos anos de 1970 na Argentina.

Por outro lado, sabe-se que a guerrilha saiu vencedora nas negociações, pois, após a incorporação do contingente despedido, os Montoneros passaram a exigir um montante em dinheiro pela soltura Heinrich Metz. Segundo a indicação do documento da CTA não se sabe ao certo o montante efetivo recebido pela guerrilha por Metz. Ademais, a partir do evento que envolveu o seqüestro de Metz ficou evidente a característica de atuação da empresa em relação a fraudes e negócios ilícitos envolvendo dinheiro público.

> La empresa finalmente cedió y declaró la reincorporación de todos los despedidos, después de lo cual Montoneros exigió el pago de un rescate, que de acuerdo con la casa matriz de la empresa en Alemania fue de siete millones de dólares, mientras que la gerencia local sostiene que fue de cuatro y los encargados de las finanzas de Montoneros de dos millones. La investigación sobre el misterio del monto efectivamente pagado por el rescate dejó al descubierto las prácticas fraudulentas de la empresa que aprovechó el secuestro para consignar una cifra muy superior a la real en su declaración de impuestos en Alemania, lo que permitió obtener un importante margen de ganancia. (BASUALDO, 2006: 19)

Durante os anos de 1970 a guerrilha dos Montoneros arrecadou uma quantia significativa em dinheiro. Até o golpe de 1976, parte deste montante serviu para guarnecer materialmente a atividade da guerrilha em território nacional. O golpe de 1976 precedido e seguido da campanha contra-insurgente encampada pelo Estado e o setor patronal da sociedade civil, decretou, por meio da repressão aberta, a aniquilação das atividades guerrilheiras em solo nacional. A cúpula dirigente da guerrilha partiu para o exílio, seguida de perto por alguns quadros menos importantes que conseguiram se inserir na fuga. O dinheiro arrecadado com as ações de seqüestro e expropriação a banco e empresas multinacionais serviu para manter os quadros Montoneros no exílio. Ainda que a trajetória do ERP tenha sido bastante distinta, devido a uma ordem de retorno para continuar o combate. Mario Santucho retorna a Argentina e morre pouco depois do golpe de Estado.

Esta situação de fuga de boa parte da cúpula montonera ao exílio gerou conseqüências gravíssimas aos que ficaram. A partir de 1976, os quadros guerrilheiros que, sem maiores opções, ficaram no país, no ato de suas detenções, eram encaminhados a Escola de Mecânica da Armada (ESMA). Lá eram submetidos à tortura

física, cujo quadro de detenção tinha como objetivo principal descobrir informações sobre quadros da organização ainda em liberdade, além de subjugar a condição humana de cada prisioneiro que, segundo Gillespie, optaram por colaborar com a repressão: "porque sus líderes se habían ido y les habían abandonado" (GILLESPIE, 1987: 300).

Ao continuar a denúncia contra a Mercedes Benz, o documento da CTA destacou a atuação do Ministro do Trabalho, Carlos Rockauf, na assinatura de um decreto de aniquilação da "subversão".

> La situación en la fábrica comenzó a alterarse significativamente entre fines de 1975 y comienzos de 1976. Weber demuestra de manera contundente las relaciones entre el gobierno, en particular el entonces Ministro de Trabajo Carlos Rockauf, quien el 6 de octubre de 1975 promovió y firmó un decreto de aniquilamiento de la subversión en los centros industriales, asimilando toda lucha obrera a un proceso de guerrilla industrial, la dirigencia sindical burocrática y las cúpulas empresariales. En el caso de SMATA, la aceptación de la política de eliminación de la "guerrilla industrial" impuesta por el gobierno se plasmó en la firma de un convenio con las empresas automotrices, que entró en vigencia en Mercedes Benz el 21 de julio de 1975, estableciendo que el 1% del precio de venta de cada vehículo se dedicaría a la formación de un fondo extraordinario para la "erradicación de elementos negativos" de la fábrica. Este fondo sería administrado por la dirección de SMATA sin auditoria alguna, a cambio de que la propia entidad supuestamente representativa de los trabajadores se encargara ella misma de garantizar su represión efectiva. (BASUALDO, 2006: 20.)

Ou seja, as condições de cooptação da cúpula sindical, representada por uma burocracia legitimista do governo repressivo apresentado à época de Juan Domingo Perón e agravado à época de Isabelita, foi à estrutura preexistente que possibilitou a implantação efetiva de uma política de extermínio generalizado direcionada aos trabalhadores em atividade na fábrica da Mercedes Benz Argentina. Esta aproximação entre Estado e cúpula sindical cooptada foi uma continuidade na história argentina. O que diferenciou esta relação a partir de 1973 foi a adoção, por parte da última, da política de Terrorismo de Estado generalizada a partir do golpe de Estado de março de 1976, mas, que se fazia presente antes mesmo do golpe, portanto, durante o terceiro governo peronista.

Quanto à Mercedes Benz, Victoria Basualdo indica que: "La participación de la empresa en la represión se encuentra documentada en varios testimonios" (BASUALDO, 2006: 20). Neste sentido, o documento redigido pela autora para a CTA congregou o relato do trabalhador da empresa Héctor Ratto. Neste testemunho encontra-se uma das chaves para o entendimento da participação da empresa no processo de repressão aos seus funcionários, bem como a participação de civis no Terrorismo de

Estado. Segundo Basualdo: “El obrero Héctor Ratto estuvo presente cuando el jefe de producción de la fábrica, Juan Tasselkraut, transmitió a las fuerzas de seguridad la dirección del obrero Diego Núñez, quien fue secuestrado ese mismo día y permanece desaparecido hasta la fecha” (BASUALDO, 2006: 20) Ou seja, no caso da desaparição de Diego Nuñez a participação de um civil foi determinante. O responsável direto por esta desaparição foi Juan Tasselkraut, funcionário da empresa responsável pela produção na fábrica de Mercedes Benz. A produção da fábrica encontrava-se seriamente comprometida pela formação da oposição sindical na fábrica que atendia pelo nome de Grupo dos 9 que aderiu às reivindicações classistas. Portanto, a desaparição de Nuñez foi um golpe com duplo sentido porque demonstrou, por um lado, o preço que os trabalhadores pagariam, daquele momento em diante, pela organização de uma oposição e, por outro lado, demonstrava que a organização da produção na fábrica da Mercedes Benz estava acima da vida de seus trabalhadores. Ou seja, além dos riscos físicos inerentes à linha de produção, juntou-se o risco de vida que uma organização não consentida pela burocracia sindical, interessada em negociar acordos prejudiciais aos trabalhadores e favorecer, por conseqüência, o ambiente pleno de exploração dos trabalhadores pela empresa. Segundo o documento da CTA:

> El mismo Juan Tasselkraut dio cuenta de los efectos que la represión tuvo no funcionamiento interno de la empresa, cuando en el contexto de los Juicios por la Verdad en los tribunales de La Plata, se le preguntó si consideraba que existía alguna relación entre la disminución del conflicto en la fábrica, el aumento de la productividad y la desaparición de obreros y militantes. Su respuesta fue: “Y Milagros no hay”. (BASUALDO, 2006: 20)

Os Juízos pela Verdade levados a cabo na cidade de La Plata, capital da Província de Buenos Aires, agruparam uma série de acusados de delitos de lesa-humanidade. Dentre os principais estão o próprio Juan Tasselkraut e o padre da Igreja Católica Von Vernich. Ficaram mundialmente conhecidos quando, na eminência do testemunho na causa contra Von Vernich, Julio Lopez desapareceu misteriosamente quando saiu de seu domicilio para fazer compras. Julio Lopez continua desaparecido até a presente data.

No caso do testemunho de Tasselkraut, ficou mais claro a forma como os interesses econômicos das multinacionais casaram com a política de extermínio encampada pelos militares. Com a afirmação de que “Milagres não existem”, o acusado levantou o óbvio. A ampliação dos resultados na linha de produção da empresa

dependeu diretamente da eliminação física de militantes e operários envolvidos com a oposição sindical. Tratava-se, em suma, de uma política de eliminação que se direcionou, primeiramente, aos trabalhadores diretamente envolvidos com a militância de oposição. Com o golpe, a política se amplia aos demais trabalhadores que, comprovadamente, não estavam envolvidos com a militância, mas, de alguma forma, foram apontados pelos gerentes dos demais setores da empresa como perigos em potencial.

Um oficial que foi contratado pela empresa após prestar serviços à repressão foi o comandante da Brigada de Investigações de San Justo, transformado em Centro Clandestino de Detenção, de nome Rubén Luis Lavallén. O caso de maior repercussão que envolveu Lavallén foi o seqüestro, seguido de desaparecimento do trabalhador da linha de produção da empresa conhecido por Alberto Gigena. Lavallén foi reconhecido pela esposa de Gigena. Victoria Basualdo analisou a vinculação de Lavallén com os casos de repressão da ditadura da seguinte forma,

> Lavallén estuvo a cargo durante os primeros años de la dictadura del comando de la Brigada de Investigaciones de San Justo, sede de un centro clandestino de detención. Fue positivamente identificado por la esposa del obrero de Mercedes Benz, Alberto Gigena, uno de los secuestradores de su esposo, quien nunca volvió a aparecer. Con esta foja de servicios, Lavallén fue contratado por Mercedes Benz en 1978 como encargado de la seguridad y vigilancia de la planta de González Catán. (BASUALDO, 2006: 21)

Segundo a autora do documento da CTA, Lavallén foi contratado para realizar a segurança de uma das plantas da empresa, justamente pelos serviços prestados a repressão, uma prática comum entre as empresas que possuíam interesses vinculados com a política repressiva e econômica da ditadura. Entretanto, no caso de Lavallén, além do serviço de repressão prestado a fábrica de Mercedes Benz, o oficial cometeu um crime muito comum entre os repressores ligados à máquina de extermínio da ditadura argentina.

Segundo Victoria Basualdo:

> Ya en democracia, Lavallén fue condenado, en 1998, a cuatro años de prisión por falsificación del acta de nacimiento de la menor Paula Logares hija de una pareja de uruguayos secuestrados en Montevideo y detenidos en la Brigada de Investigaciones de San Justo, en el marco del Plan Cóndor. A la pareja jamás se la volvió a ver con vida y la menor fue apropiada por Lavallén y registrada como hija suya. (BASUALDO, 2006: 21).

Nos casos que envolveram os dois funcionários citados da Mercedes Benz, a saber, Juan Tasselkraut e Rubén Luis Lavallén, revela-se uma das facetas mais cruéis da

ditadura argentina com a apropriação de crianças que, em sua grande maioria, tratavam-se de crianças, filhos de detidos-desaparecidos. Nos casos que envolveram os funcionários da empresa, revela-se, ademais, a guarida que as grandes multinacionais prestaram aos fatos. Nesse sentido, o documento não tráz maiores informações. Sabe-se que foi uma verdadeira operação criminosa arquitetada e efetivada com o aval de empresas de renome internacional.

BIBLIOGRAFIA:

BASUALDO, Victoria. *Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina.* Los Impresionistas, Buenos Aires, 2006. (Documento veiculado pela Central de Trabajadores Argentinos-CTA).

COLOM, Yolanda Raquel. e. SALOMONE Alicia: *Las coordinadoras inter-fabriles de Capital Federal y Gran Bs. As. 1975-1976, Debate,* en Razón y Revolución nro. 4, otoño de 1998, reedición electrónica.

CONADEP. Nunca mais. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, s.d.

GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: Los Montoneros.* Buenos Aires. Grijalbo S.A., 1987.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Reestruturação Democrática*. São Paulo-SP, Edusp.

PASCUAL, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

RAMIREZ, Hernán. *Corporaciones en el poder: institutos econômicos y acción política em Brasil y Argentina: IPÊS, FIEL y Fundación Meditarránea.* San Isidro: Lenguage Claro Editora, 2007.

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina.* Rio de Janeiro: Zahar. 2006.

ROMERO, Luis Alberto. *La viloencia en la historia argentina reciente:um estado de la cuestión.* In: PÉROTIN-DUMON, Anne (dir.). *Historizar el pasado vivo em América Latina.* Disponível em: http://etica.uahurtado.cl/historizarelpasadovivo/es.contenido.php.